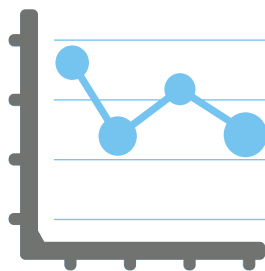


ECONOMIA DO PAÍS

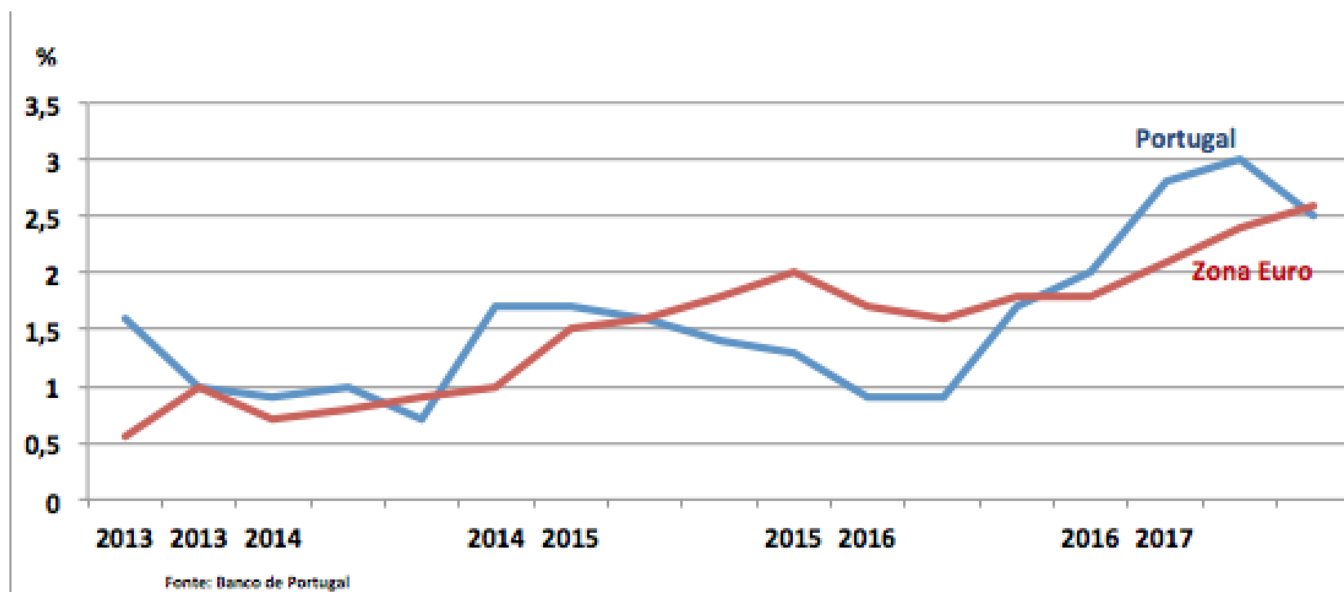
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

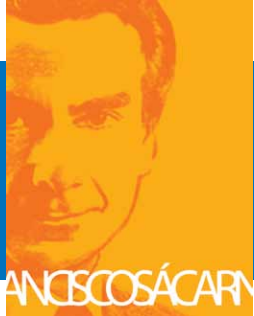


PRODUTO INTERNO BRUTO

VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS



Mediante reformas introduzidas na economia portuguesa, entre 2011 e 2015, nomeadamente quanto à competitividade das empresas, foi possível estimular o investimento e as exportações, o que permitiu a Portugal registar taxas de crescimento económico superiores à média da Zona Euro. Uma elevada taxa de crescimento económico é a única forma de assegurar um aumento sustentado do nível de vida dos portugueses. Contudo, desde o final de 2015, Portugal perdeu oito posições no índice de competitividade do World Economic Forum e registou, até ao 4º trimestre de 2016, uma quebra significativa no investimento e na taxa de crescimento das exportações, o que se traduziu numa taxa de crescimento inferior à média da Zona Euro. Embora desde o final de 2016 o bom desempenho do investimento e do turismo tenham permitido um maior crescimento económico, a partir do 3º trimestre de 2017 Portugal passou novamente a divergir da média dos países da Zona Euro. O crescimento económico apenas será sólido quando se basear também no aumento da produção industrial, o que não se verifica em Portugal desde 2002.



ECONOMIA DO PAÍS

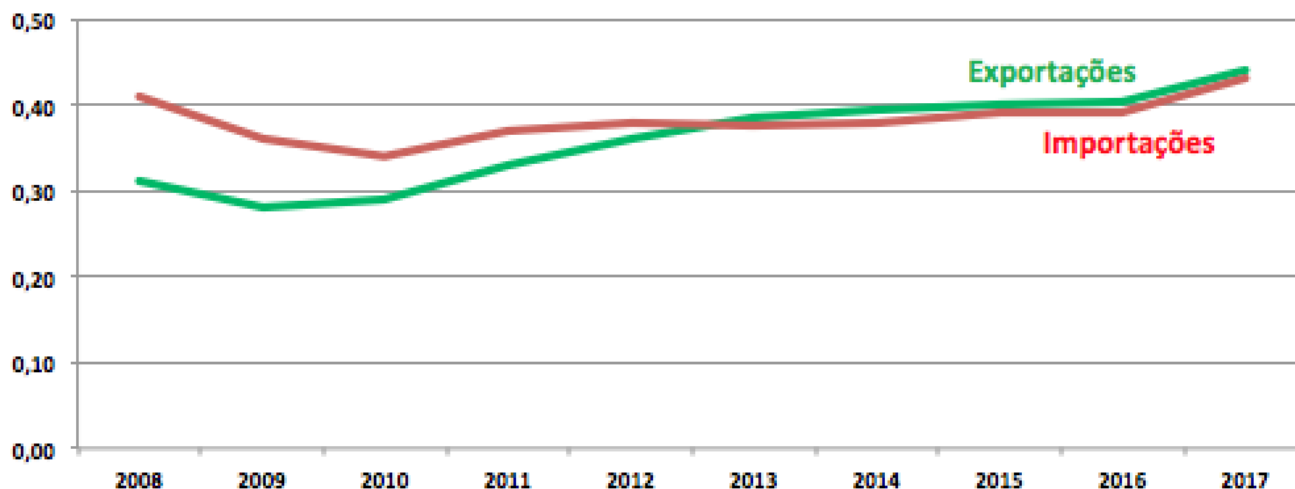
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



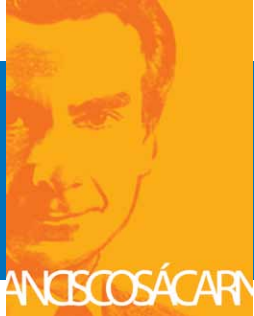
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

EM % DO PIB



Fonte: Banco de Portugal

Em resultado de uma política económica errada, as importações de bens e serviços excederam largamente o valor das exportações, entre 1965 e 2013. Esta diferença acentuou-se de 2000 a 2008, onde chegou a atingir 12% do PIB. Contudo, a partir de 2010, as exportações registaram um crescimento notável, tendo ganho quotas de mercado, e crescido de 28% do PIB em 2008, para 44% em 2017. É ainda um percurso incompleto, uma vez que nos países da União Europeia as exportações representam, em média, 55% do PIB, embora cheguem a atingir mais de 85% em países como a República Checa ou a Irlanda. O aumento das exportações foi contudo acompanhado por um aumento das importações, uma vez que o actual Governo tem estimulado o crescimento do consumo, o que, em cerca de 50%, se traduz num aumento de importações. Por esta razão, a balança de bens e serviços deverá tornar-se novamente negativa a partir de 2017. Para evitar esta evolução é essencial adoptar uma política que apoie as empresas exportadoras e que, simultaneamente, promova a poupança interna de forma a reduzir o consumo.



ECONOMIA DO PAÍS

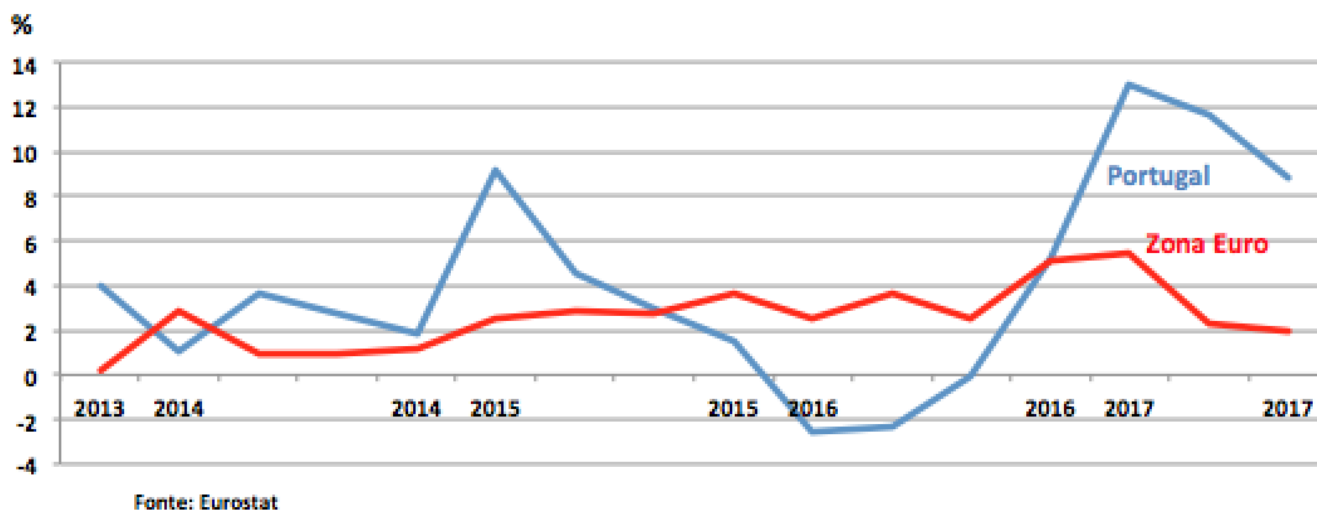
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



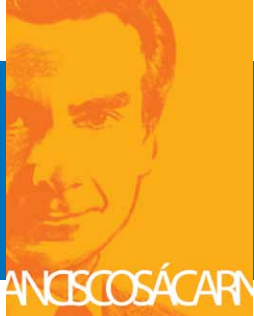
INVESTIMENTO

VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS



Entre 2013 e o 3º trimestre de 2015, o Investimento em Portugal superou o existente na Zona Euro, devido não só às perspectivas de crescimento económico, mas também devido às melhores condições de competitividade atribuídas às empresas, nomeadamente nos domínios da fiscalidade e da legislação laboral. Desde o final de 2015 muitas dessas condições de competitividade foram revertidas, o que a par das menores perspectivas de crescimento económico, levaram muitas empresas portuguesas a desacelerarem o seu investimento, que passou a crescer, em 2016, a níveis inferiores aos verificados entre 2013 e 2015. Desde o primeiro semestre de 2013 que não se verificava também um crescimento negativo do investimento, como se verificou em 2016. Esta situação alterou-se em 2017, em boa medida devido ao investimento associado ao turismo. O Investimento em Portugal não tem contudo estado associado à agricultura e à indústria, como será necessário para promover um crescimento económico sólido e sustentado.

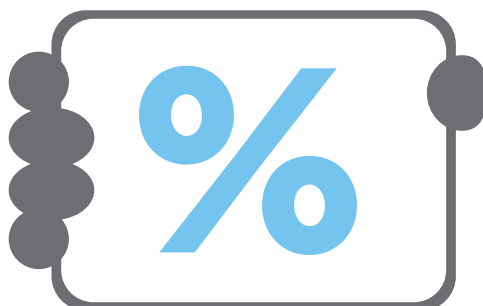
O bom investimento é essencial, pois determina, a médio e longo prazo, o valor do crescimento económico e o nível de vida dos portugueses.



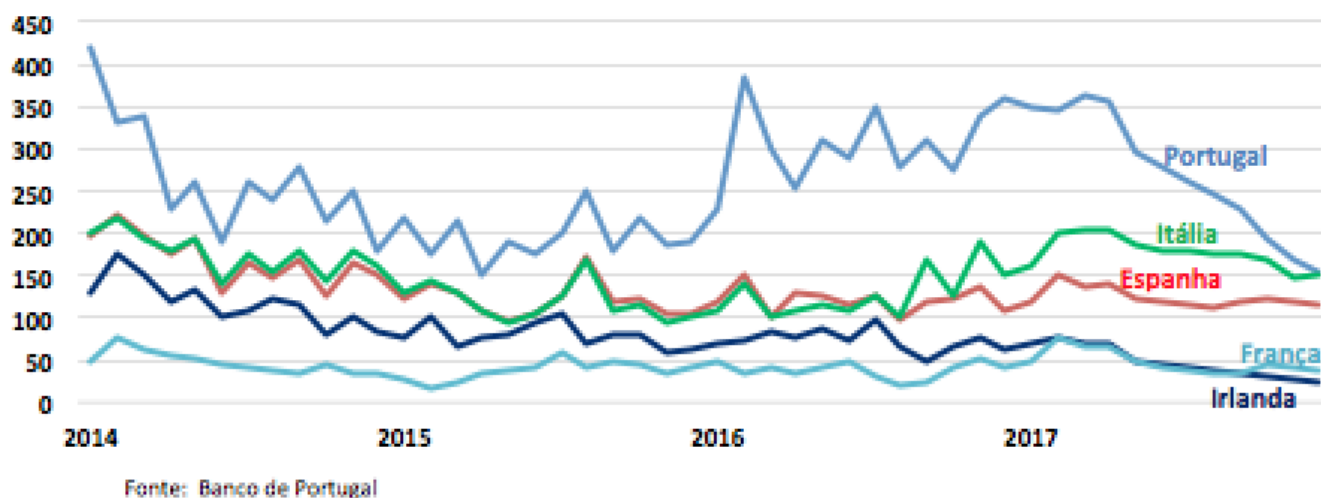
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

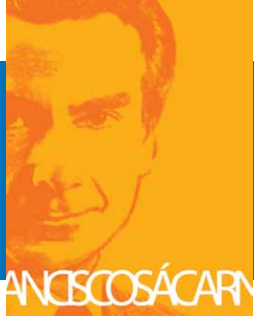
INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



DIFERENCIAIS NAS TAXAS DE JURO A 10 ANOS FACE À ALEMANHA



Os diferenciais das taxas de juro das obrigações, dos diferentes estados, a dez anos, reflectem a capacidade que os investidores atribuem a esses países de reembolsarem os seus empréstimos. Mediante a correcção de diversos desequilíbrios existentes na economia portuguesa, nomeadamente nas suas contas externas e públicas, e da aceleração do seu crescimento económico, o risco associado a Portugal diminuiu significativamente desde o 2º semestre de 2011 até ao final de 2015. Desde então, a perda de oito lugares no ranking da competitividade mundial, o aumento da dívida pública e a quebra da taxa de crescimento da economia, são factores que explicam o aumento do risco atribuído a Portugal. A diferente evolução das taxas de juro é visível desde o final de 2015, onde a taxa de de juro de Portugal aumentou relativamente aos restantes países. Esta situação alterou-se em 2017, devido a maiores taxas de crescimento da economia portuguesa. Elevadas taxas de juro, que neste caso não resultam da conjuntura internacional, mas apenas da percepção com que os investidores analisam a evolução económica portuguesa, dificultam não apenas o investimento, mas também o crescimento económico.



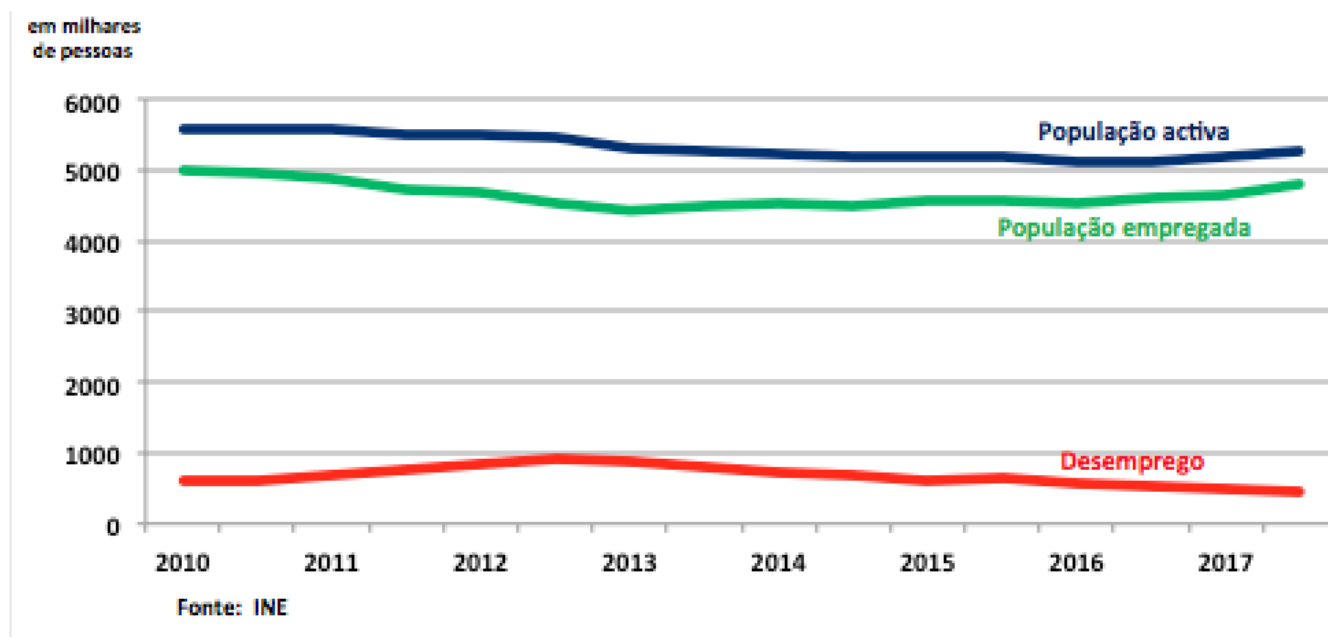
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

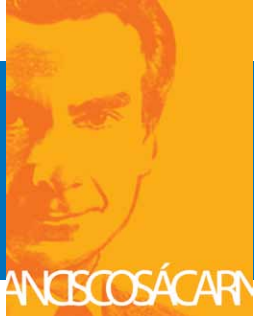


EMPREGO E DESEMPREGO



O desemprego, actualmente em 8,5%, corresponde à diferença entre a população activa e a população empregada. A taxa de desemprego variou apenas entre 4% e 8% entre 2001 e 2009.

Contudo, o fenómeno da globalização, que transferiu parte da actividade industrial para a Ásia, a crise financeira nos EUA e na Europa a partir de 2009, e o encerramento de empresas em Portugal apenas dedicadas ao mercado interno, originou um aumento significativo do desemprego, que atingiu 17,1% em 2013. Acentou-se, desde 2009, uma diferença entre as qualificações dos trabalhadores desempregados e as qualificações profissionais desejadas pelo mercado. Por outro, as leis do trabalho protegem os trabalhadores já empregados, em desfavor dos jovens e dos desempregados. Deste modo 24,2% da população entre os 15 e os 24 anos está actualmente desempregada, em comparação com 6,6% da população acima dos 25 anos. Também 52% dos desempregados têm apenas o ensino básico, estando 57% nessa situação há mais de 12 meses. São assim factores importantes para a redução do desemprego uma formação profissional mais ajustada às necessidades do mercado, não devendo, simultaneamente, as leis laborais dificultar a admissão de mão de obra, nomeadamente com aumentos do salário mínimo superiores ao aumento da produtividade, com limitações na utilização de contratos a prazo, ou na manutenção de convenções colectivas de trabalho que encarecem a utilização da mão de obra.



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

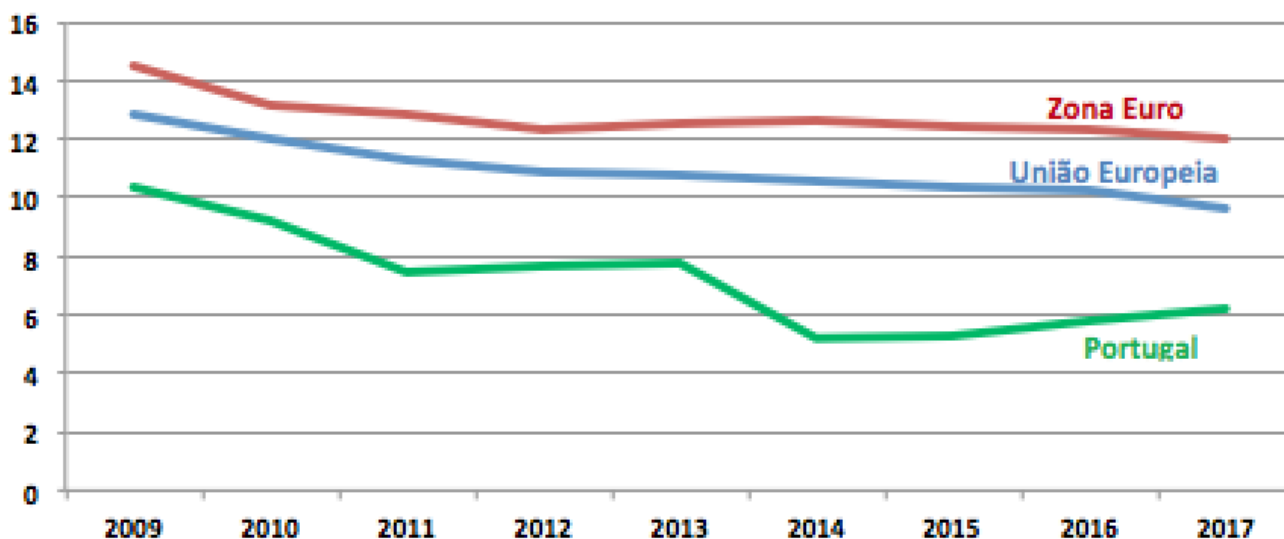
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



TAXA DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS

EM % DO RENDIMENTO DISPONÍVEL



Fonte: Comissão Europeia e INF

Desde 2009, onde atingiu 10,4% do Rendimento Disponível, a taxa de poupança das famílias portuguesas tem registado uma tendência clara de redução, que se acentuou a partir de 2013. Esta tendência social é explicada não só por não existir uma política de estímulo da poupança das famílias, mas também por, frequentemente, se adoptarem medidas que penalizam a poupança, como a súbita redução das taxas de juro dos certificados de depósito, em 2006 e 2009, a redução em 2011 do tecto dos benefícios fiscais para os PPR, a introdução em 2017 do imposto sobre os imóveis, ou a ausência de um sistema de pensões de reforma que estimule a poupança. Apesar da poupança das famílias ser uma variável essencial numa economia, ela não é apoiada hoje em Portugal por qualquer política de incentivos fiscais ou financeiros. Por este motivo, a poupança das famílias chegou a registar valores negativos em 2017. É urgente alterar esta situação, pois a poupança das famílias determina, em boa medida, o nível possível de investimento em Portugal.